

Meritocracia e desigualdade no acesso à educação superior na China

Gabriela Nascimento

LIU, Ye. *Higher education, meritocracy and inequality in China*. [S. l.]: Springer, 2016.

207

O ensino superior sofreu várias mudanças com o passar do tempo no Ocidente. Essas foram substanciais também na China, desde a forma de avaliação até o número de faculdades, institutos e universidades que recebem alunos novos todos os anos. No livro *Higher education, meritocracy and inequality in China*, de Ye Liu, publicado em 2016 pela editora Springer, a realidade da meritocracia na admissão e formação de jovens revela aspectos importantes relacionados à história da China, à ideologia que rege o país, aos valores confucionistas e à desigualdade agravada pelo sistema de ingresso ao ensino superior.

Ye Liu, professora da *King's College London* no departamento de Desenvolvimento Internacional e autora de diversos artigos relacionados a desenvolvimento, igualdade e educação na China (*King's College London*, [s. d.]), busca trazer à luz questionamentos sobre a forma de ingresso ao ensino superior na China. A autora evidencia que a meritocracia é histórica, cultural e sistêmica no Império do Meio¹ e que as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e de gênero são temas presentes no processo de admissão à academia.

Dividido em dez capítulos, o livro abarca tópicos importantes para compreendermos a seleção e a massificação do ensino superior na China, assim como as desigualdades criadas pela robusta competição educacional acirrada que se repete todos os anos. Além disso, a obra comunica informações cruciais para que os leitores, principalmente do Ocidente, possam entender o papel da meritocracia

¹ Outro nome utilizado para se referir à China é "Império do Meio", uma tradução quase que literal de *Zhōngguó* (中國), o nome chinês do país asiático.

chinesa nos âmbitos educacional, econômico, comercial e político. Liu (2016) aponta que sua pesquisa empírica visa preencher a lacuna sobre a relação, principalmente, entre a mobilidade social e o ingresso ao ensino superior, usando duas perguntas balizadoras que compreendem o papel do Estado na meritocracia, expansão e massificação do ensino superior, bem como o processo de seleção que está relacionado aos critérios de meritocracia da China contemporânea, à facilitação da mobilidade social e ao aumento da desigualdade.

No primeiro capítulo, Liu (2016) faz um panorama importante das conquistas econômicas e comerciais da China, destacando as relações sino-americanas, a mudança de ideologia durante a “Reforma e Abertura” e a expansão do ensino superior como uma questão-chave para a modernização da nação. O sistema educacional e a forma de ingresso ao ensino superior na China foram repensados, a fim de se ter mão de obra especializada e capacitada para competir com nações mais abastadas e com tradições de ensino consolidadas. A mudança no cenário geopolítico para um poderio asiático liderado pelo Estado chinês revela uma China que ocupou o vazio deixado pelas grandes potências ocidentais nos setores de produção, industrialização e mercado. A expansão do ensino superior, com a formação e capacitação de pessoal para trabalhar nas fábricas e indústrias, foi um ponto importante para a modernização da China (Liu, 2016).

Porém, muito além de uma nação industrial vibrante, com preços competitivos e produção em massa, o gigante asiático se tornou também o maior credor da dívida americana, revelando um dos aspectos que traz tensão, até hoje, na dinâmica de poder entre a China e os Estados Unidos (Morrison, 2011).

No segundo capítulo, somos apresentados às origens da meritocracia chinesa. Liu (2016) dirige os leitores pelas influências filosóficas, o desenvolvimento e a formação da meritocracia, desde a época de Confúcio até os dias atuais. A autora também ressalta aspectos importantes sobre educação clássica, capital cultural e mobilidade contestada e patrocinada (por meio de sobrenome, linhagens e casamento). A meritocracia presente na China imperial perpassou séculos e séculos até sofrer mudanças substanciais que moldaram a meritocracia atual no país.

O pensamento confucionista, que está tão arraigado na cultura chinesa, tem como base o intelecto. Era imprescindível que houvesse a diferenciação daqueles com aptidão para governar de acordo com suas habilidades cognitivas. Para compreender a influência histórica no exame de admissão atual, é preciso conhecer a importância que o sistema de avaliação tinha no passado. Liu (2016) traz para o leitor informações relevantes, ressaltando que durante muitas dinastias os cargos eram preenchidos com base no ingresso ao serviço público por meio de um concurso, o *keju* (科举). Além das habilidades militares necessárias para posições políticas, o exame era uma forma de avaliação que trazia equilíbrio e estabilidade para o império. Por ser um instrumento utilizado para garantir a presença dos eruditos no palácio, o *keju* impedia, até certo ponto, que houvesse interferência da aristocracia. Muito mais do que uma forma de seleção para o trabalho burocrático do governo, o *keju* era uma ferramenta política de poder e de mobilidade social, controlando a influência das linhagens vindas do Sul. A meritocracia, então, assume características

importantes no acúmulo de capital cultural e social, funcionando como uma maneira de perpetuar benefícios que se traduziam em domínio de terras, conexões, casamentos etc.

Em contraste com o significado de meritocracia na China, o terceiro capítulo destaca as diferenças desse conceito em outros países, definindo a meritocracia planejada, a liberal e a confucionista no Japão. No cenário pós-guerra, as nações industriais e capitalistas dependeram de sistemas de recompensa para promover um senso de coesão social. O mérito começou a ser aceito como uma maneira de mudança de *status* e retribuição salarial. Isso, de acordo com a autora, provocou transformações nas relações sociais, levando à alternância de valores que prezavam pelo coletivo para um foco individualista (Liu, 2016).

No quarto capítulo, a autora salienta o papel da educação na transformação da China no dealbar do século 20. As alterações significativas na estrutura de governo, educação e política geraram a necessidade de se ter mão de obra capacitada, a fim de construir um país unido e engajado, condições necessárias para uma economia próspera. A meritocracia, nesse momento, adquire um tom ideológico. Liu (2016) sublinha que, inicialmente, a meritocracia estava atrelada à identificação partidária. Muitos chineses, por serem das “classes vermelhas”, ou seja, os “revolucionários” – quadros, soldados, mártires e membros do Exército Vermelho, os camponeses de classes mais baixas e a classe trabalhadora (Xie; Zhang, 2019) –, foram favorecidos com a meritocracia, tendo acesso prioritário às universidades não por causa de suas capacidades intelectuais, mas por serem filiados ao partido (Liu, 2016). Com a mudança para a economia de mercado e a implementação da estratégia de “Desenvolvimento e Estabilidade”, esse cenário se modificou, apresentando clivagens socioeconômicas consideráveis. Com a restauração do exame de admissão ao ensino superior, pode-se depreender que a tradição confucionista chinesa sobreviveu às mudanças, renovando o sentimento acerca da educação.

O quinto capítulo revela a presente realidade da meritocracia do ensino superior com indagações e questionamentos acerca do *Gaokao* (高考), o único exame de ingresso à graduação em instituições de ensino superior (IES) na China. Apesar de ser frequentemente traduzido como o “vestibular chinês”, o *Gaokao* é muito mais complexo do que isso e Liu (2016) descreve de forma clara as facetas implexas do exame. Embora seja uma prova nacional, cada região pode ter seu *Gaokao* local, levando em consideração o nível educacional da região e as disciplinas que podem ser incluídas além das três obrigatórias – Inglês, Chinês e Matemática. Decerto a forma de admissão ao ensino superior está intimamente relacionada com as notas de corte, as demandas e os status das faculdades, pois as IES na China são divididas em quatro níveis, sendo que no primeiro se encontram as universidades com maior tradição e prestígio.

Algo espantoso destacado na obra é que, devido à alocação de vagas por critérios específicos das IES, a chance de um aluno de uma outra província, por exemplo, conseguir estudar em uma universidade de destaque é ínfima. Esses fatos salientam a pressão imposta aos estudantes e a alta complexidade do exame acerca do número de vagas, os cursos mais concorridos e as opções e os níveis das

universidades onde querem estudar. A meritocracia por trás da avaliação determina aspectos importantes, como mobilidade social, *status* e futuro profissional. Assim, Liu (2016) compara os resultados do *Gaokao* a um passaporte, no qual os alunos terão oportunidades singulares que irão definir, em grande parte, as suas vidas. Mesmo com todas essas particularidades, o *Gaokao* ainda é amplamente aceito pela sociedade, pois é visto como uma oportunidade de galgar voos mais altos por meio da educação superior.

No capítulo seis, Liu (2016) destaca como a meritocracia por meio de oportunidades de estudo está relacionada com a estratificação social da China. Duas teorias são citadas pela autora: a desigualdade maximamente mantida e a desigualdade efetivamente mantida. Ambas as teorias buscam explicar a desigualdade nos âmbitos micro e macro, mas ainda assim encontram-se obstáculos para explicar a desigualdade na China somente com os fatores comumente utilizados, pois o contexto chinês é implexo e diferente de outros países.

Um dos aspectos fundamentais para se compreender a meritocracia no contexto chinês é o *hukou* (户口), o registro de residência ou domicílio da China. O *hukou* é um documento muito mais abrangente do que um mero registro, pois não é individual e sim ligado à família, sendo herdado do pai ou da mãe, e ao tipo de atividade desempenhada, agrícola ou urbana, e pode incluir demais informações como religião, emprego, endereço, nível de instrução, entre outros (Ouriques; Andrade, 2009; Moura, 2013). Assim, ele funciona como uma medida de identificação, pertencimento, benefícios e mobilidade social. Com as limitações impostas pelo *hukou*, alunos provenientes de áreas com desvantagens socioeconômicas, como do oeste e centro do país, são afetados pelas condições educacionais de suas regiões. Outro aspecto que contribui para esse cenário é o fato de que grande parcela das “universidades de elite do país se encontra na parte leste” (Liu, 2016, p.108, tradução nossa).

O exame nacional de admissão ao ensino superior, com o registro residencial, funciona como uma contenção quase invisível, restringindo a mudança entre províncias e o acesso às melhores universidades sob a premissa de uma seleção padrão e igualitária. No entanto, o *Gaokao* acabou privilegiando ainda mais aqueles estudantes provenientes de famílias letradas, que já estudavam em regiões mais prósperas e em escolas mais bem preparadas. Liu (2016) sugere que a meritocracia chinesa não se dá simplesmente por causa de condições socioeconômicas, mas sim devido às origens e à educação parental dos candidatos. Esse é um ponto importante que sinaliza como a educação, de fato, influencia as gerações futuras. Notamos que a tendência é de os candidatos ao ensino superior continuarem a morar dentro de suas províncias devido às restrições sociais, educacionais, econômicas e de mobilidade.

Em seguida, no capítulo sete, Liu (2016) investiga a relação entre meritocracia educacional e capital cultural. A autora se concentra na posição de dois sociólogos franceses, Bourdieu e Boudon, por terem sido os pioneiros na teoria sociológica moderna acerca do capital cultural (Liu, 2016). Ambos os sociólogos apresentam posições diferentes sobre capital cultural, posses culturais e atividades culturais. Bourdieu teoriza o capital cultural como reflexo das hierarquias sociais e dinâmicas

de poder, sendo a língua, a influência parental e o ambiente aspectos importantes para a reprodução cultural (Liu, 2016). Boudon, com a teoria dos efeitos primários e secundários – influência parental direta e mediada no capital cultural –, aponta para a realidade socialmente estratificada que é afetada por aspectos econômicos (Liu, 2016).

Ao contrário do que se passou em outros países, a interferência do Estado durante a Revolução Cultural influenciou a passagem de posses culturais e o interesse relacionado ao capital cultural para a geração seguinte. Por outro lado, constatou-se que a interferência do governo também foi positiva ao implementar a simplificação do chinês tradicional (sistema de escrita), mitigando, assim, a distância cultural, por meio da língua, entre camponeses e letrados. A facilitação da língua permitiu que houvesse uma compreensão comum que fosse de acesso a todos. Com isso, a educação, além de ser reformulada e pensada no proletariado, passou a ser ofertada em todos os lugares e para todos.

O oitavo capítulo traz elementos cruciais para compreendermos o cenário atual. Outros fatores associados ao acesso à universidade, como o gênero e a política do filho único, que esteve em vigor até 2016, reafirmam a complexidade da meritocracia presente na China. Gênero sempre foi um divisor de águas nessa sociedade, somente os filhos homens eram educados. Apesar de ter havido alguns momentos na história em que as mulheres tiveram acesso aos estudos formais, a grande maioria era analfabeta. Após a fundação da Nova China, houve um incentivo para reconhecer o esforço e a importância das mulheres, bem como transformações que visassem à igualdade dos gêneros. Embora tenha havido campanhas para validar o empenho das mulheres, ainda há pensamentos patriarcais em voga que desafiam as tendências dos novos tempos.

O controle demográfico da China dependeu, durante muitos anos, da política do filho único em áreas rurais e urbanas. A intervenção do Estado chinês dentro do ambiente familiar já havia acontecido durante a Revolução Cultural em relação à coleta e à destruição de bens que pudessem remeter aos tempos feudais. Contudo, o planejamento familiar, que restringia as famílias urbanas a terem somente um filho, foi muito mais além do que uma política governamental. Tratava-se de uma interferência do governo no seio familiar, violando até mesmo os direitos reprodutivos das mulheres que também fazem parte dos direitos humanos das mulheres (ONU, 1995). Entretanto, podemos entender que a política do filho único, vigente no período de 1979 a 2015,² favoreceu o ingresso das mulheres ao ensino superior e no mercado de trabalho. Liu (2016) sugere que há indícios de uma maior inclusão das mulheres, mas ainda faltam dados para saber se os problemas de gênero diminuíram ou se essa política impactou as oportunidades educacionais e profissionais delas em longo prazo (Liu, 2016).

O *Gaokao*, por ser um exame aplicado em todo o território, é excepcionalmente competitivo. A imagem que se tem é de uma prova igualitária e acessível a todos.

² De acordo com Gietel-Basten, Han e Cheng (2019), a política do filho único foi implementada em 1979, e passou por reformas em 1984, mas grande parte das famílias podia ter somente um filho, sendo substituída pela política universal de dois filhos somente em 2015.

Como Liu (2016) assinala, a questão de gênero pode não ser um aspecto tão aparente na hora da prova. Porém, em suas entrevistas, apesar de a autora constatar que nenhuma das jovens se sentiu discriminada por ser mulher, houve indícios de que as motivações das candidatas são influenciadas pelos seus deveres de filhas, como cuidar dos pais no futuro (Liu, 2016). As diferenças de gênero se sobressaem no número de alunas que se afiliam ao Partido Comunista da China durante a graduação, muito acima do número de rapazes, pois isso aumenta as chances de se estabelecer futuramente redes de contatos e empregos.

Sabe-se que a China é um país imenso, com uma das maiores populações do mundo. Ao pensarmos no sistema de avaliação em vigor para o ingresso às IES, a competição entre os estudantes se traduz numa concorrência que impacta a distribuição geográfica do país. No capítulo nove, há informações que extrapolam o contexto educacional e estão relacionadas à mobilidade social, mas, principalmente, à estratificação geográfica presente na China. A economia de mercado abasteceu o comércio do país com contratos e demandas que até então eram inexistentes. Essa mudança brusca influenciou o desenvolvimento de diferentes regiões, pois havia uma crescente necessidade de mão de obra na indústria e, em outras partes, a demanda por cultivo. O desenvolvimento de cidades no leste da China começou a ocorrer em 1978, enquanto aquelas do centro e do interior começaram a ser modernizadas 12 anos depois e, por fim, as cidades da parte oeste somente tiveram seu ponto de partida para uma nova realidade em 1990. A distribuição de universidades na China segue o desenvolvimento das regiões administrativas e províncias. Assim, a concentração do número de universidades está em cidades que já vinham se desenvolvendo com a mudança da economia da China, predominantemente, no leste.

Por fim, depois de transitar por diversos temas que estão relacionados ao exame, Liu (2016) faz suas conclusões acerca de um tópico tão urgente e complexo dentro da sociedade chinesa. As características explicitadas ao longo da obra mostram que a meritocracia não é somente um caminho para a competitividade e a propagação do ensino superior, mas carrega em si traços históricos, ideológicos, sociais, geográficos, econômicos e políticos da sociedade chinesa.

As desigualdades sociais, econômicas, demográficas e educacionais na China mostram que ainda há muito o que ser feito. Com a mudança para uma economia de mercado, as oportunidades de emprego, a melhoria da qualidade de vida, entre outros, cresceram consideravelmente. Houve várias conquistas importantes, como a democratização do ensino, a simplificação da escrita chinesa e o empoderamento das mulheres. O *Gaokao* abriu espaço para que a admissão ao ensino superior não se limitasse aos membros do partido nem aos mais abastados. No entanto, é necessário trazer para a discussão as questões de mobilidade social e as condições sociodemográficas e econômicas que estão atreladas ao *Gaokao*, a fim de desmistificar a meritocracia do acesso às universidades e dar oportunidades mais justas e igualitárias a todos os candidatos. Como Liu (2016) discorreu ao longo do livro, pontos como localização geográfica, tipo de prova, seleção das universidades e escolha do curso são influenciados por uma miríade de fatores. A meritocracia com

aparência de igualdade continua a validar a crença de que esse é um exame que contribui para a redução da desigualdade, mas se trata de um mecanismo que continua a reforçar as clivagens já existentes na sociedade chinesa.

Referências Bibliográficas

GIETEL-BASTEN, S.; HAN, X.; CHENG, Y. Assessing the impact of the “one-child policy” in China: A synthetic control approach. *PLOS ONE*, v.14, n.11, e0220170, 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0220170&type=printable>. Acesso em: 17 nov. 2021.

KING’S COLLEGE LONDON. *King’s People: Dr. Ye Liu*. [London, s. d.]. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/people/ye-liu>. Acesso em: 14 out. 2021.

MORRISON, W. M. *China-U.S. trade issues*. [S. l], 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1813/77813>. Acesso em: 14 out. 2021.

MOURA, C. O “velho” hukou na “nova” China urbana: reflexões sobre uma dualidade contemporânea. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, v. 38 n.2, pp. 225-245, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6863>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OURIQUES, H.; ANDRADE, R. A mobilidade do trabalho na China: o sistema de registro Hukou. *Pesquisa e debate*, SP, v. 20, n.2 (36) pp. 233-257, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7442/5432>. Acesso em: 17 nov. 2021.

UNITED NATIONS (UN). Beijing declaration and platform for action. In: WORLD CONFERENCE ON WOMEN, 4., 1995, Beijing. *Proceedings...* [S. l]: UN, 1995. Disponível em: https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

XIE, Y.; ZHANG, C. The long-term impact of the Communist Revolution on social stratification in contemporary China. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [S. l.], v. 116, n. 39, p. 19392-19397, Sept. 2019.

Gabriela Nascimento, mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília (UnB), é doutoranda em Estudos Globais na Universidade Aberta de Lisboa, Portugal, e, desde 2018, professora de Português com Língua Estrangeira (PLE) no Instituto de Comunicação de Hebei, em Shijiazhuang, China.

gabrielatn@me.com

Recebido em 29 de junho de 2021

Aprovado em 04 de outubro de 2021